



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

11ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Zonas Úmidas

Ajuda Memória

**08 de novembro de 2012
Ministério do Meio Ambiente, SEPN 505, Bloco B
Ed. Marie Prendi Cruz
Brasília – DF**

Aos oito dias do mês de novembro de 2012, na Sala T-13, Ed. Marie Prendi Cruz situado na SEPN 505, Brasília-DF, realizou-se a décima primeira Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Zonas Úmidas, sob a presidência da Sra. Ana Paula Leite Prates, Diretora do Departamento de Áreas Protegidas do Ministério do Meio Ambiente e Ponto Focal Nacional para a Convenção de Ramsar.

MEMBROS DO COMITÊ PRESENTES NA REUNIÃO:

Roberto Brandão Cavalcanti – SBF/MMA (Presidente do CNZU)
Ana Paula Prates – SBF/MMA (Ponto Focal Nacional Administrativo)
Clarissa Moreira Coelho Costa – ABEMA
Daniel de Oliveira Piza – FUNAI
Daniel Martinelli Duarte – SRHU/MMA
Danielle Blanc – MPA
Davi Bonavides – MRE/DEMA
Felipe Barbosa – SEDR/MMA
Geraldo Batista dos Santos – IBAMA
Kleber Santos – MAPA
Letícia Guimarães – SMCQ/MMA
Luís Eduardo Torma Burgueño – Sítios Ramsar
Luiz Augusto Preto – ANA
Nelson Ananias Filho – CNA
Pedro Develey – BirdLife International/SAVE Brasil
Reinaldo Luiz Bozelli – Associação Brasileira de Limnologia
Rômulo José Fernandes Barreto Mello – ICMBio
Yara Schaeffer Novelli – Rede MangueMar

DEMAIS PRESENTES:

Allan Crema – ICMBio
Antônio Carlos Tafuri – SBF/MMA
Aureliano Cesar Martins Silva – Programa Marco/CIC Plata
Daniel Previattelli – UEMG

Daniela A. S. Oliveira – SBF/MMA
Henry Novion – GBA/SBF/MMA (Ponto focal técnico da Convenção no Brasil)
Luana M. Duarte – SBF/MMA
Marcos Gomes Nogueira – UNESP
Maurício Pompeu – GBA/SBF/MMA
Mônica Brick Peres – GBA/SBF/MMA
Pedro Cunha Menezes – ICMBio
Roberto R. Gallucci – GBA/SBF/MMA
Rosana Cristina Pezzi D'Arrigo – ICMBio
Shirley Amélia da Silva Leão – SEMA/MA
Tânia Brito – UNESCO/HIDROEX

1. Abertura

Ana Paula Leite Prates, Diretora do Departamento de Áreas Protegidas e Ponto Focal Nacional Administrativo para a Convenção de Ramsar, iniciou a reunião dando as boas vindas e solicitando que todos se apresentassem.

2. Informes Nacionais

Após as apresentações dos participantes, a Sra. Ana Paula Prates (DAP/SBF/MMA) apresentou a pauta da reunião e iniciou a seção de informes. A palavra foi dada ao Sr. Henry Novion (GBA/SBF/MMA) para relatar sobre a **Comissão Técnica de Manguezais do CNZU**. O Sr. Henry mencionou que não foi possível realizar a reunião da Comissão na mesma semana do CNZU, como de costume, por motivos de sobreposição de agendas, mas que ela aconteceria nos dias 27 e 28 de novembro. Aproveitou para explicar, sobretudo aos novatos do CNZU, o que seria essa Comissão e quais seriam seus objetivos principais, que, sendo um espaço de coordenação do GEF Mangue, trabalha na atualização dos projetos-piloto executados no âmbito deste projeto e na elaboração de uma Estratégia Nacional de Conservação de Manguezais, também um produto do GEF Mangue.

Na sequência, a Sra. Ana Paula Prates (DAP/SBF/MMA) informou que a **Comissão Técnica de Recifes de Coral** finalmente havia sido instalada, sendo realizada sua primeira reunião no dia 07 de novembro daquele ano. Naquela reunião discutiu-se um cronograma de trabalho para elaboração de uma Estratégia Nacional de Conservação de Recifes de Coral, que considere as metas de Aichi da CDB e a Convenção de Ramsar.

A partir de então, por estarem presentes vários representantes novatos no CNZU, o Sr. Henry Novion (GBA/SBF/MMA) explanou sobre o próprio colegiado e sobre a história da Convenção de Ramsar. Disse, por exemplo, que o Comitê pode criar comissões técnicas temporárias ou permanentes, que o Brasil possuía 11 Sítios Ramsar, e que uma das atribuições do CNZU é aprovar a indicação de áreas protegidas para se tornarem Sítios Ramsar. Por isso, o CNZU aprovou em junho de 2012 a **Recomendação CNZU nº 05/2012** que criou critérios técnicos, além dos já estabelecidos pela Convenção, para a indicação de novos Sítios. Foi informado que em consequência de sua aprovação, a SEMA/MT manifestou o interesse de indicar o Parque Estadual do Araguaia e o Refúgio da Vida Silvestre Corixão da Mata Azul como novos Sítios. Além

desses, o Parque Nacional do Cabo Orange, também listado na Recomendação CNZU nº 5, já teria sua candidatura apreciada pelo CNZU naquele dia.

Também foi dito que o Ministério do Meio Ambiente havia lançado um edital para contratar um consultor (pessoa física) para levantar as informações necessárias ao preenchimento das fichas Ramsar das Unidades de Conservação costeiras e marinhas listadas na Recomendação. Essas fichas seriam necessárias no processo de designação de novos Sítios junto ao Secretariado da Convenção de Ramsar. Naquele momento, pediu-se que o edital fosse amplamente divulgado pelos ali presentes.

Ainda sobre esta Recomendação, foi lembrado que nela aparece, além de Unidades de Conservação, uma Terra Indígena e que por isso seria interessantes iniciar no CNZU uma discussão sobre a possibilidade da indicação de outras áreas protegidas, além das UCs.

Ao final de sua fala, o Sr. Henry Novion (GBA/SBF/MMA) disse que o foco da 11ª reunião do CNZU era a convergência entre Conselhos, órgãos, institutos e agendas relacionadas às Zonas Úmidas, como, por exemplo, com o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), com o Programa Marco (programa operativo do Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata – CIC-Plata), entre outros. Neste sentido, passou a palavra ao Sr. Maurício Pompeu (GBA/SBF/MMA) que discorreu sobre a **agenda de integração CNZU – CNRH**.

O Sr. Maurício Pompeu (GBA/SBF/MMA) iniciou sua fala agradecendo o Sr. Wilson Bonança (CNA), que propiciou o início da articulação entre o CNZU e o CNRH, uma vez que o Sr. Wilson é membro dos dois colegiados. Foi dito que durante a última reunião da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais do CNRH, ocorrida no dia 10 de outubro de 2012, foi proferida uma apresentação sobre o que seria o CNZU e a própria Convenção de Ramsar. Nessa oportunidade foi possível constatar a falta de conhecimento por parte dos ali presentes sobre o CNZU e sobre a própria Convenção de Ramsar. Comentou-se, então, que o CNZU deveria preocupar-se mais com a divulgação e internalização da Convenção no País, cujo papel é do próprio Colegiado. Além disso, foi mencionado a existência de outras instâncias que merecem maior interação com o CNZU, como o CONAMA e a CONABIO, além da identificação de outras iniciativas que podem se relacionar à conservação das zonas úmidas, por exemplo, o Programa Marco do CIC-Plata.

Em complementação, o Sr. Henry Novion (GBA/SBF/MMA) levantou a ideia de criar uma nova Comissão Técnica, com o foco na integração dos temas de interesse do CNZU a outros colegiados. Essa CT de Integração poderia ter representantes, além do CNZU, do CONABIO, CONAMA, CNRH, Consea, etc.

3. Informes Internacionais

O Sr. Henry Novion (GBA/SBF/MMA) informou que ocorreu em julho de 2012, na Romênia, a **COP-11 da Convenção de Ramsar**, quando foram aprovadas 22 resoluções. Nelas foram tratados temas como mudanças climáticas, arrozais e zonas úmidas, sinergia de Ramsar com outros tratados, as iniciativas regionais, Mudanças climáticas, etc. Além disso, na COP houve a conclusão do processo de revisão das fichas informativas de Ramsar, que visam contextualizar a implementação da

Convenção em cada País. Foi ressaltado que as resoluções estão disponíveis no sítio eletrônico de Ramsar.

Em resumo, foi relatado o processo de discussão da resolução referente às iniciativas regionais, que se focou no fato dos recursos que as financiam serem escassos, o que motivou o estabelecimento do prazo de 3 anos, prorrogável por mais 3, para a finalização daquelas já existentes. A proposta foi aprovada em oposição à proposta original de declarar uma moratória a novas iniciativas regionais no âmbito da Convenção. Ademais, até a próxima COP não seria criada nenhuma iniciativa nova, entretanto foi comentado que, durante a COP de Ramsar, foi sugerida a criação de uma iniciativa regional voltada à bacia amazônica, mas o processo se encontra em um estágio inicial de discussão entre os países proponentes (Brasil, Colômbia e Equador).

Foi comentado que a resolução relacionada à acolhida institucional do secretariado da Convenção gerou muitas discussões e que, por fim, acordou-se pela sua permanência na IUCN. Não houve, portanto, sua migração para o PNUMA, com a condição de que o secretariado deveria aumentar sua eficiência, inclusive com a inclusão das línguas oficiais da ONU. No contexto dessas discussões, houve a proposta de criar um “seguimento de alto nível”, aos moldes de como ocorre em outras Convenções, de modo a provocar maior compromisso em cada País em relação à Ramsar. Comentou-se que este tema será melhor debatido na próxima COP, no Uruguai.

Outra resolução debatida na COP-11 e apresentada pelo Sr. Henry Novion durante o CNZU foi a referente ao turismo e zonas úmidas, a qual a delegação brasileira sugeriu a incorporação do conceito de uso sustentável que a CDB adota. A propositura justifica-se pelo fato dela deixar claro que a atividade turística deve garantir a sustentabilidade das zonas úmidas, e não o contrário, como constava na proposta original, onde se afirmava que o uso das zonas úmidas deveria contribuir para a sustentabilidade da atividade turística.

Sobre a resolução de mudanças climáticas, foi dito que durante as discussões na COP o trabalho da delegação brasileira centrou-se basicamente em evitar duplicidade de esforços, ou mesmo contaminação de atribuições, entre as convenções de Ramsar e de Mudanças Climáticas, o que estava evidente na proposta original de resolução. Foi dito que as sugestões foram acatadas após grande esforço da delegação brasileira.

Por fim, tratou-se da resolução sobre o orçamento da Convenção, sendo informado que não haverá nenhum acréscimo de recursos para os próximos três anos.

Em complementação, o Sr. Kleber Souza dos Santos (MAPA), parabenizou o CNZU por ter conseguido discutir várias minutas de resoluções antes da COP-11, entretanto sugeriu que as discussões para a próxima reunião das Partes ocorresse de modo mais sistematizado, com mais tempo. Sugeriu também que fosse incluído o tema sociobiodiversidade nas discussões, lembrando que uma das resoluções tratadas na Romênia foi a de arrozais, mas que não houve tempo para discussão prévia no CNZU.

Ainda no contexto das atividades realizadas na COP-11 de Ramsar, foi dado um breve relato a respeito das iniciativas regionais que o Brasil participa e que realizaram reuniões naquele evento. Assim, foi informado que a **Iniciativa Regional de Conservação e Uso Racional dos Ecossistemas de Manguezais e Recifes de Coral**

centrou suas discussões no quê fazer com os recursos disponíveis, sendo decidido aplicá-los em *fundraising*, ou seja, usar o dinheiro para realizar a captação de mais recursos junto a outros fundos, bancos e agências de fomento.

Sobre a **Iniciativa Regional de Conservação e Uso Sustentável das Zonas Úmidas da Bacia do Prata**, foi dito que em dezembro de 2012 deveria ocorrer a terceira reunião da Iniciativa, cujos objetivos seriam: relatar a implementação de Ramsar em cada País; a discussão sobre sua integração com outras iniciativas relacionadas à conservação de suas zonas úmidas, como o CIC-Plata; as atividades para o próximo triênio; e qual País seria o próximo coordenador.

Na sequência, o Sr. Davi Bonavides (DEMA/MRE) iniciou sua fala repassando suas impressões a respeito da **COP-11 da CDB**. Para isso, contextualizou a COP-11 diante da COP-10 realizada em 2010, quando foi acordado um plano estratégico com o horizonte para 2020, e quando foram acordadas as Metas de Aichi como forma de dar suporte a esse plano estratégico. Na COP-11 os grandes temas centraram-se na implementação destas metas e foram aprovadas 16 decisões, mas o Sr. Davi Bonavides (DEMA/MRE) explanou apenas sobre aquelas mais relevantes para o CNZU. A primeira foi a referente às águas interiores, a qual convidou as partes da CDB a adotarem a definição de zona úmida da Convenção de Ramsar e reconheceu a importância do ciclo da água para os trabalhos da CDB.

Outra decisão de grande importância para Ramsar foi a de biodiversidade marinha e costeira, que solicita o encaminhamento dos resultados dos seminários que descreveram as áreas marinhas significantes do ponto de vista ecológico e biológico (Ecologically or Biologically Significant Areas - EBSAs) às Nações Unidas para sua disponibilização na Internet, ficando portanto disponíveis para consulta. Além disso, essa decisão apresentou diretrizes para avaliação de impactos ambientais nos ambientes marinho e costeiro.

Uma decisão também de interesse para o Ramsar foi a referente à cooperação da CDB com todas as outras convenções de meio ambiente e outras iniciativas internacionais, incluindo a Convenção de Ramsar, de modo a explorar as sinergias e evitar a duplicação de trabalho.

Foi falado também da decisão que foca a implementação da Meta 11 de Aichi, sobre o percentual de áreas a serem protegidas em ecossistemas terrestres e marinhos, e foi mencionada a aprovação de uma lista de indicadores para monitorar o cumprimento do plano estratégico da CDB.

Por fim, comentou-se das discussões realizadas na COP sobre a mobilização de recursos para a implementação da Convenção em um contexto de crise econômica mundial, e com o fato da maior biodiversidade estar nos países em desenvolvimento e os recursos financeiros estarem nos países desenvolvidos. Por fim, foi garantido um pequeno aumento dos recursos disponíveis, devendo o orçamento ser revisto em 2015.

Foi passada a palavra à Sra. Daniela Oliveira, Diretora do Departamento de Conservação da Biodiversidade (SBF/MMA), que falou sobre o **processo de internalização das metas de Aichi no Brasil**. Disse que as Metas, aprovadas ainda em 2010, passaram por um processo de consulta e discussão interna no Brasil, partindo do

pressuposto que o País deveria minimamente atingir as metas de Aichi, mas deveria discutir também o quão ambiciosos poderíamos ser além do estabelecido na COP-10. O MMA recebeu mais de 500 contribuições, as quais foram sistematizadas em 20 metas nacionais. O processo de consolidação final está sendo realizado no âmbito da Conabio – Comissão Nacional de Biodiversidade, sendo prevista sua finalização em meados de 2013. Paralelamente, o MMA estaria trabalhando junto ao Ministério do Planejamento para elaborar um Plano de Ação Nacional para implementação das Metas de Aichi. Nesse momento, a Sra. Yara Novelli (Rede MangueMar) propôs que a próxima reunião do CNZU poderia discutir as metas brasileiras.

4. Aprovação da Ata da 10ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Zonas Úmidas

Ao iniciar as discussões a respeito da Ata, a Sra. Yara Novelli (Rede MangueMar) questionou a ausência do debate sobre o processo de discussão do Código Florestal ocorrido no início daquela reunião, quando o Sr. Secretário Roberto Cavalcanti (SBF/MMA) descreveu o papel do MMA no processo. Como encaminhamento, sugeriu-se que a Sra. Yara Novelli (Rede MangueMar) formulasse um parágrafo para a inclusão daquela importante discussão e o encaminhasse para a lista de e-mails do CNZU para apreciação de todos. Caso não houvesse mais nenhuma consideração ao texto, a Secretaria Executiva incorporaria o parágrafo à Ata.

Nesse momento, o Sr. Kleber Souza dos Santos (MAPA) indagou sobre a proposta de moção que havia sido apresentada naquela reunião. O Sr. Henry Novion (GAB/SBF/MMA) esclareceu que havia sido decidido na 10ª CNZU que a proposta poderia ser assinada individualmente pelos representantes do CNZU que concordassem com a mesma, mas que o CNZU, como colegiado, não poderia fazê-lo por ter sido apresentada de última hora, sem previsão na pauta e portanto sem tempo para que todos consultassem suas instituições. Isso estaria relatado no final na Ata da 10ª CNZU. Foi informado também que a Secretaria Executiva recebeu por e-mail, na manhã do dia 08 de novembro, dia da 11ª CNZU, uma nova proposta de moção encaminhada pela Sra. Débora Calheiros (Rede Pantanal) – não presente na reunião. Assim como a proposta apresentada durante a 10ª CNZU, esta moção recebida por e-mail não poderia ser deliberada pelo CNZU, pois não estava na pauta e os representantes não tiveram tempo para discussões internas em seus órgãos. Foi dito, então, que a Secretaria Executiva sempre esteve aberta a receber propostas de pautas e temas para as reuniões, mas que as manifestações deveriam ser encaminhadas com antecedência, para que os membros do CNZU pudessem fazer as consultas internas aos seus órgãos de origem.

Como encaminhamento para essa questão de **prazos e pautas de reuniões**, o CNZU deliberou que: 1 mês antes de cada reunião do CNZU, a Secretaria Executiva encaminhará aos membros do CNZU uma minuta de pauta; a qual poderá sofrer alterações, nas duas semanas seguintes, para inclusão de sugestões, alterações ou aditivos à pauta. Passadas as duas semanas para sugestão, as propostas serão consolidadas pela Secretaria Executiva que encaminhará a pauta definitiva por e-mail.

5. Aprovação da candidatura do Parque Nacional do Cabo Orange como 12º Sítio Ramsar brasileiro

A Sra. Ana Paula Prates (DAP/SBF/MMA) passou ao próximo ponto de pauta, dando início a discussão acerca da indicação do Parque Nacional do Cabo Orange como 12º Sítio Ramsar brasileiro, passando a palavra ao Diretor do Departamento de Criação e Manejo de Unidades de Conservação do ICMBio (DIMAN), o Sr. Pedro Cunha Menezes.

O Sr. Menezes informou que o ICMBio pretende criar uma estrutura própria para implementação de convenções internacionais, dada a importância com que eles gostariam de tratar a questão. Complementou afirmando que, assim que foram informados da Recomendação CNZU nº 05/2012, o ICMBio consultou as 20 Unidades de Conservação Federais listadas em seu anexo para verificar se tinham interesse em se candidatarem a Sítios Ramsar. O resultado foi que todas iniciaram o preenchimento das fichas para designação. A ficha para **designação do Parque Nacional do Cabo Orange como Sítio Ramsar** foi a primeira a ficar pronta, mas porque seu preenchimento iniciou-se em um momento anterior à Recomendação, por iniciativa própria dos gestores. Foi dito que o Parque conta com um chefe que já está lá há mais de uma década, uma equipe bastante comprometida e que está ciente das obrigações que vêm com eventual aprovação da sua candidatura. Também foi dado um breve relato das características do Parque que o credenciam a se tornar Sítio Ramsar.

Na sequência a Sra. Ana Paula Prates (DAP/SBF/MMA) comentou que caso fosse aprovada sua indicação, o processo com a indicação seguiria para o Itamaraty, que é o Ponto Focal Político da Convenção e a quem incumbe encaminhar a indicação ao Secretariado de Ramsar. Após a exposição da candidatura do Parque Nacional do Cabo Orange como Sítio Ramsar, a Sra. Ana Paula propôs ao CNZU a aprovação da indicação pelo Comitê, perguntando se todos estavam de acordo, e por assim estarem, a indicação foi aprovada por unanimidade pelo CNZU.

6. Integração de agendas relacionadas às Zonas Úmidas - Apresentações

Foi dada a palavra à Sra. Tânia Brito (UNESCO/HIDROEX) para proferir a palestra intitulada **“UNESCO-HIDROEX, Um Centro de Excelência em Águas”**. A Sra. Tânia Brito fez uma ampla exposição da Hidroex que, localizado em Frutal/MG, é um centro de categoria II da Unesco. A Hidroex desenvolve pesquisas no tema água, por isso também é chamado de Cidade das Águas. Sua missão é “educar, pesquisar e viabilizar soluções para a gestão sustentável das águas”, portanto com diversos temas ligados à água, tem compromisso com a educação que transmita conhecimento e mude hábitos e atitudes que criem responsabilidade solidária, com a capacitação de gestores para o desenvolvimento sustentável. Alguns dos projetos de pesquisa desenvolvidos pela Hidroex foram apresentados, mas especial destaque foi dada a palestra sobre o projeto **“Biodiversidade de Microcrustáceos de Água Doce em Campos Rupestres”**.

O projeto **“Biodiversidade de Microcrustáceos de Água Doce em Campos Rupestres”** é desenvolvido no âmbito do Sisbiota (Sistema Nacional de Pesquisa em Biodiversidade) pelo Sr. Daniel Previattelli (UEMG). O projeto possui como objetivos verificar: se a distribuição da fauna é homogênea em relação a ecorregiões e bacias hidrográficas e a história geológica; se a fauna evidencia os campos rupestres como relictos biogeográficos; quais são os possíveis fatores que influenciam na fauna de microcrustáceos; se existem espécies invasoras; e qual é a eficiência do protocolo de avaliação rápida em campos rupestres.

Após estas apresentações, a Sra. Ana Paula Prates (GAP/SBF/MMA) informou que havia interesse em firmar um acordo de cooperação entre o MMA e o Hidroex, pois há muitas possibilidades de trabalhos em conjunto. Então, aproveitou para anunciar a chegada do Sr. Secretário da SBF/MMA e Presidente do CNZU Roberto Cavalcanti a quem passou a palavra.

O Sr. Roberto Cavalcanti, nesse momento lamentou por ter uma agenda que muitas vezes o impede de participar integralmente de reuniões como as do CNZU. Durante sua fala, no contexto das discussões sobre o Código Florestal, mencionou que é importante que sejam produzidas informações para balizar as negociações de temas relevantes para o meio ambiente, sobretudo no âmbito do poder legislativo. Também discorreu sobre diversos temas relacionados à conservação das zonas úmidas e que poderiam ser tratados de alguma forma no CNZU.

Na sequência, o Sr. Antônio Carlos Tafuri (SBF/MMA) apresentou a palestra intitulada **“Economia dos Ecossistemas e da biodiversidade – TEEB Brasil”**, quando abordou a iniciativa TEEB no contexto mundial e no contexto do Brasil. Foi dito que o TEEB visa promover uma melhor compreensão do real valor econômico fornecido pelos serviços ecossistêmicos e visa disponibilizar ferramentas econômicas que levem tais valores em consideração na formulação de políticas públicas e na tomada de decisões em nível local, regional e nacional. No Brasil, o TEEB foca a identificação dos benefícios econômicos derivados da conservação e uso sustentável da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos no país, bem como avaliação do custo de suas perdas. Adicionalmente, foi apresentado o relatório elaborado para a reunião Rio+20, TEEB para água e zonas úmidas (resumo executivo disponível em - <http://www.uncsd2012.org/content/documents/5101206-UNEP-TEEBwater-Brochure-Bd.pdf>), onde especial destaque é dado ao papel dos serviços ecossistêmicos de zonas úmidas em prover bem-estar a humanidade. Nesse ponto, foi destacado que iniciativas como a do TEEB são fundamentais para dar visibilidade ao público geral da importância de preservar e usar sustentavelmente as zonas úmidas. Oportunidades de convergência e cooperação na agenda do TEEB também foram discutidas.

A última apresentação foi proferida pelo Sr. Marcos Gomes Nogueira (UNESP), sobre o **“Programa Marco/CIC-Plata: Componente II – Gestão Integrada de Recursos Hídricos: GT II.4 Ecossistemas”**. O GT de Ecossistemas trata de um grupo de trabalho no âmbito do Programa Marco, que é operacionalizado pelo CIC-Plata. Esse GT possui como orientadores: estratégias de gestão do corredor de áreas úmidas fluviais; estratégia de gestão da biodiversidade; e ampliar/replicar a experiência do programa Cultivando Água Boa, da Itaipu Binacional. Foi informado que o trabalho deste GT possui como resultados bases de dados ambiental, sobre as áreas protegidas da região e sobre a ictiofauna da bacia, de modo a alimentar indicadores ambientais para a bacia do Prata. Por fim, comentou-se a importância de se aproximar o GT das agendas relacionadas às Zonas úmidas, particularmente a Iniciativa Regional da Bacia do Prata, iniciativa da Convenção de Ramsar, integrada pela Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai, e que tem como um de seus objetivos levantar as informações que, em parte, encontram-se já estruturadas no âmbito do Programa Marco. Nesse sentido, foi ventilada a possibilidade do coordenador do GT- ecossistemas do Programa Marco, Sr. Nogueira, participar das próximas reuniões da Iniciativa, sendo a próxima prevista para

dezembro de 2012. Entendeu-se que os trabalhos realizados no âmbito do GT poderiam contribuir para o avanço das discussões no âmbito da Iniciativa de Ramsar.

6. Encerramento

Ao final, sob a coordenação da Sra. Ana Paula Leite Prates, Diretora do Departamento de Áreas Protegidas do Ministério do Meio Ambiente e Ponto Focal Nacional para a Convenção de Ramsar, deu-se por encerrada a décima primeira Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Zonas Úmidas.